



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO E SEUS QUANTITATIVOS (Art. 6, inciso XXIII, alínea “a” da Lei 14.133/2021)

A presente contratação tem por objeto a cessão de direito de uso de software de gestão esportiva, 100% acessível via web, com fornecimento por meio de licenciamento em ambiente digital, no modelo SaaS (Software como Serviço), incluindo implantação, treinamento inicial e suporte técnico contínuo, com a finalidade de modernizar, integrar e automatizar os processos relacionados à administração esportiva do Município de Morro da Fumaça, no âmbito da Secretaria Municipal de Esporte.

O software deverá permitir o acesso remoto e seguro, sem necessidade de instalação local, e contemplar, no mínimo, os seguintes módulos e funcionalidades:

- I – Cadastro e gerenciamento de usuários, atletas, técnicos, servidores e entidades esportivas;
- II – Gerenciamento de documentos, solicitações e fluxos de aprovação;
- III – Controle e acompanhamento de competições, campeonatos e eventos esportivos;
- IV – Gestão de programas de incentivo, projetos esportivos e concessão de bolsas;
- V – Controle de reservas e utilização de espaços esportivos públicos;
- VI – Emissão de relatórios, indicadores e estatísticas de desempenho;
- VII – Painel administrativo de controle e monitoramento;
- VIII – Portal público para divulgação de informações, ações, calendários e resultados esportivos.

A contratação terá vigência inicial de 12 (doze) meses, com fornecimento do serviço em licenciamento mensal, incluindo, durante todo o período contratual,





atualizações, manutenção corretiva, manutenção evolutiva e suporte técnico, sem ônus adicional para a Administração Pública.

Os quantitativos da contratação referem-se a 01 (uma) licença de uso do sistema, com acesso irrestrito aos módulos contratados, permitindo a utilização por múltiplos usuários, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Esporte.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “b” da Lei 14.133/2021)

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de modernizar, automatizar e integrar os processos administrativos relacionados à gestão esportiva pública do Município de Morro da Fumaça, com vistas à ampliação da eficiência administrativa, do controle, da rastreabilidade das informações e da transparência das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Esporte.

Atualmente, a ausência de um sistema informatizado centralizado dificulta o gerenciamento adequado dos cadastros de usuários, atletas e entidades esportivas, bem como o controle de competições, projetos de incentivo, concessão de bolsas e a utilização das estruturas esportivas públicas, comprometendo a fluidez das rotinas operacionais, a segurança das informações e a efetividade da prestação dos serviços à população.

Diante desse cenário, a implementação de software de gestão esportiva, acessível via web, com suporte técnico contínuo e módulos integrados, mostra-se a solução mais adequada e eficiente para o aprimoramento da política pública de esporte no Município. A ferramenta permitirá a padronização de procedimentos, a digitalização dos fluxos administrativos, a redução de retrabalho e a disponibilização de dados confiáveis, aptos a subsidiar a tomada de decisões por parte dos gestores públicos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “c” da Lei 14.133/2021)

A solução proposta consiste na cessão de direito de uso de software de gestão esportiva, disponibilizado integralmente em ambiente web, no modelo SaaS (Software como Serviço), incluindo suporte técnico contínuo, atualizações automáticas, treinamento remoto aos usuários e todos os recursos tecnológicos





PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DO SISTEMA ECONÔMICO

necessários ao atendimento das demandas operacionais, administrativas e gerenciais da Secretaria Municipal de Esporte do Município de Morro da Fumaça.

O software deverá disponibilizar plataforma integrada, segura e acessível, permitindo à Administração Pública Municipal o gerenciamento centralizado das atividades relacionadas à gestão esportiva. A solução deverá contemplar, no mínimo, funcionalidades de cadastro e controle de usuários, atletas e entidades esportivas; gerenciamento de documentos e solicitações administrativas; acompanhamento e organização de competições e campeonatos; gestão de programas de incentivo e concessão de bolsas; controle de reservas e utilização de espaços esportivos; emissão de relatórios, indicadores e estatísticas gerenciais; bem como a disponibilização de portal público para divulgação de informações institucionais, ações, resultados e calendário esportivo.

Durante todo o ciclo de vida do objeto, o sistema deverá assegurar a continuidade da prestação dos serviços, garantindo a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações, observadas as boas práticas de segurança da informação e a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018).

A solução deverá apresentar capacidade de escalabilidade e flexibilidade, possibilitando a ampliação de funcionalidades, módulos e integrações com outras plataformas institucionais, conforme a evolução das necessidades da Secretaria Municipal de Esporte, sem prejuízo à operação regular do sistema.

Compete à Contratada manter o software permanentemente atualizado, realizando manutenções corretivas, preventivas e evolutivas, incluindo melhorias de desempenho e correções de falhas, sem ônus adicional à Administração durante a vigência contratual. Deverá, ainda, disponibilizar suporte técnico remoto contínuo, por meio de canais eletrônicos, assegurando atendimento adequado às demandas operacionais.

O treinamento inicial deverá ser realizado de forma remota, abrangendo a capacitação dos servidores indicados pela Secretaria Municipal de Esporte para utilização plena do sistema, incluindo acesso, operação das funcionalidades, gestão das informações e emissão de relatórios, com o objetivo de garantir a autonomia administrativa da equipe municipal.

Dessa forma, a solução contempla integralmente as etapas do ciclo de vida do objeto, compreendendo implantação, capacitação, operação contínua, manutenção e evolução tecnológica, assegurando à Administração Pública





Municipal ferramenta adequada, estável e compatível com as exigências legais e administrativas para o apoio à execução das políticas públicas de esporte.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “d” da Lei 14.133/2021)

A empresa contratada deverá disponibilizar à Administração Pública Municipal solução tecnológica que atenda, no mínimo, aos requisitos funcionais, técnicos, operacionais e legais abaixo especificados.

4.1. Requisitos técnicos da plataforma

- O software deverá ser fornecido em ambiente web, no modelo SaaS (Software como Serviço), acessível por meio de navegador de internet, sem necessidade de instalação local;
- A solução deverá possuir interface responsiva, compatível com computadores, tablets e smartphones;
- O acesso à plataforma deverá ocorrer por meio de conexão segura, mediante utilização de certificado digital SSL (Secure Socket Layer), com criptografia dos dados em trânsito e armazenamento seguro das informações;
- A plataforma deverá apresentar disponibilidade mínima de 95% (noventa e cinco por cento) de funcionamento mensal, com controle de disponibilidade (uptime) mensurável por ferramenta técnica;
- O sistema deverá realizar backup automático e periódico, garantindo a integridade, a recuperação e a preservação das informações armazenadas.

4.2. Funcionalidades mínimas

- Cadastro e gerenciamento de pessoas, incluindo usuários, atletas, técnicos e servidores;
- Cadastro e gerenciamento de entidades esportivas;
- Gerenciamento de documentos, solicitações e tramitação de aprovações administrativas;
- Gerenciamento de modalidades esportivas, competições e campeonatos;
- Módulo para controle de reservas e utilização de estruturas esportivas públicas;





- Disponibilização de portal público para divulgação de atividades, calendários e resultados;
- Cadastro e acompanhamento de projetos esportivos e programas de incentivo;
- Emissão de relatórios técnicos, administrativos e gerenciais;
- Painel administrativo com indicadores de desempenho e estatísticas.

4.3. Segurança da informação e conformidade legal

- O software deverá estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018), assegurando o tratamento adequado dos dados pessoais e sensíveis;
- Controle de acesso individualizado por usuário, mediante identificação por CPF, e-mail e senha;
- Possibilidade de segmentação de permissões conforme o perfil do usuário (administrador, gestor, operador ou equivalentes);
- Manutenção de histórico completo das ações realizadas, com geração de logs e trilhas de auditoria.

4.4. Implantação, treinamento e suporte

- A empresa contratada deverá realizar a implantação do sistema no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato;
- Deverá ser ofertado treinamento remoto, na modalidade EAD, aos servidores públicos designados pela Secretaria Municipal de Esporte;
- O suporte técnico deverá ser prestado durante toda a vigência contratual, por meio de canais eletrônicos, incluindo chat, e-mail, telefone ou aplicativos de mensagens, em horário comercial, no mínimo das 07h às 17h, de segunda a sexta-feira;
- Todas as atualizações corretivas, preventivas e evolutivas da plataforma deverão ser realizadas de forma automática, sem custos adicionais à Administração.

4.5. Capacidade operacional

- A solução deverá permitir múltiplos acessos simultâneos, sem limitação de usuários ativos;





- Ao término da vigência contratual, deverá ser assegurada a exportação dos dados em formato aberto e estruturado (tais como CSV, XLS, JSON ou equivalente);
- Não deverá haver limitação de armazenamento ou restrição ao acesso às funcionalidades essenciais previstas neste Termo de Referência.

5. HABILITAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA POR LEI EM CONTRATAÇÕES ESPECÍFICAS

Não se aplica.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “e” da Lei 14.133/2021)

A execução do objeto terá início após a assinatura do contrato, devendo a implantação do sistema ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, com a liberação dos acessos necessários e a realização de treinamento remoto aos servidores indicados pela Secretaria Municipal de Esporte.

O software deverá permanecer em pleno funcionamento durante toda a vigência contratual, com todos os módulos contratados devidamente ativos, operacionais e acompanhados de suporte técnico contínuo, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

A execução dos serviços ocorrerá integralmente de forma remota, cabendo à contratada assegurar os meios técnicos necessários à adequada prestação dos serviços, com acompanhamento e fiscalização por parte da equipe designada pela Secretaria Municipal de Esporte ao longo de todo o período de vigência contratual.

7. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “f” da Lei 14.133/2021).





PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DO SISTEMA ECONÔMICO

Ficam designados Gestor e Fiscal do Contrato, responsáveis, respectivamente, pelo acompanhamento da execução e pela verificação/atesto dos serviços prestados, nos termos do Decreto Municipal vigente.

Gestor do contrato/ata			
Kauã Teixeira Correa	Assessor de Departamento de Esportes	7018	Fundo Municipal do Esporte e Turismo
Fiscal do contrato/ata			
Carlos Sweder de Rocchi Venério	Coordenador de Esportes	6095	Fundo Municipal do Esporte e Turismo

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “g” da Lei 14.133/2021)

A medição da execução do objeto será realizada com base na comprovação da efetiva disponibilização, funcionamento contínuo e regular do software de gestão esportiva, incluindo o acesso aos módulos contratados, suporte técnico e demais serviços previstos neste Termo de Referência, durante o período de referência da contratação.

O pagamento será efetuado mediante a apresentação e conferência da documentação comprobatória, observadas as disposições legais e administrativas vigentes, incluindo, no mínimo:

- Nota Fiscal Eletrônica, emitida em conformidade com a legislação vigente;
- Comprovação do funcionamento do sistema, mediante atestação do fiscal do contrato ou servidor designado pela Secretaria Municipal de Esporte;
- Dados bancários do contratado, contendo banco, agência e conta corrente para crédito.

O pagamento será realizado mensalmente, correspondente ao período de efetiva prestação dos serviços, após a verificação do funcionamento regular da plataforma, da disponibilização dos módulos contratados e da prestação do suporte técnico, quando aplicável, devidamente atestado pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato.

O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de emissão da Nota Fiscal, desde que a documentação apresentada esteja em conformidade com o objeto contratado e as exigências legais.





Não será efetuado pagamento antecipado, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas, bem como não serão realizados pagamentos relativos a períodos em que o sistema não tenha sido disponibilizado ou esteja em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.2. Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.3. Condições de pagamento

8.3.1. A emissão da Nota Fiscal será precedida do recebimento definitivo do objeto, caracterizado pela comprovação da regular prestação dos serviços e pelo atesto do fiscal do contrato, conforme disposto neste Termo de Referência.

8.3.2. Para fins de pagamento, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal apresentada contém os elementos necessários e essenciais, tais como:

- a) data de emissão;
- b) identificação do contratado e do contratante;
- c) valor correspondente ao período de prestação dos serviços;
- d) eventual destaque das retenções tributárias cabíveis, quando aplicável.

8.3.3. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por esse regime, desde que apresente comprovação oficial de enquadramento.

8.3.4. Aplicam-se, no que couber, as disposições do Decreto Municipal nº 136/2023 do Município de Morro da Fumaça/SC, que trata da retenção de tributos nos pagamentos efetuados aos fornecedores da Administração Pública direta, autárquica e fundacional.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6, inciso XXIII, alínea “h” da Lei 14.133/2021)

O critério de seleção do fornecedor será por inexigibilidade.





10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DO PREÇO UNITÁRIO REFERENCIAL (Art. 6, inciso XXIII, alínea “i” da Lei 14.133/2021)

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada junto a fornecedores atuantes no mercado especializado em soluções de gestão esportiva voltadas ao setor público, observadas as características do objeto, o porte da contratação e as condições praticadas no mercado.

O valor estimado considera a contratação pelo período de 12 (doze) meses, abrangendo o licenciamento do software em ambiente web (modelo SaaS), bem como todos os serviços associados, incluindo implantação, treinamento inicial, suporte técnico contínuo, manutenção corretiva, preventiva e evolutiva, conforme as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

Os preços obtidos foram analisados de forma a assegurar a compatibilidade com os valores praticados no mercado, observando-se os princípios da economicidade, razoabilidade e vantajosidade para a Administração Pública, nos termos da legislação vigente.

O valor estimado tem caráter meramente referencial, não constituindo obrigação de contratação pelo montante indicado, servindo exclusivamente como subsídio para o planejamento da contratação, a definição da dotação orçamentária e a análise de viabilidade do procedimento licitatório.





PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DO SISTEMA ECONÔMICO

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Unitário	Valor Total
01	12	Mensal	Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para a realização da gestão esportiva do Município de Morro da Fumaça, com o objetivo de automatizar e modernizar cada etapa, desde o cadastro gerenciamento de aulas treinamentos, bolsas, competições, programas de	600,00	





PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DO SISTEMA ECONÔMICO

			incentivo, com a finalidade de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esporte e Turismo		
TOTAL	-----	-----	-----	R\$ 600,00	R\$ 7.200,00

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Aplicam-se as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 em caso de descumprimento, como advertência, multa, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração.

12. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

A contratação será feita por inexigibilidade.

13. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

I – Cumprir integralmente o objeto contratado, disponibilizando o software de gestão esportiva em ambiente web, no modelo SaaS, com todas as funcionalidades, módulos e serviços previstos neste Termo de Referência, nos prazos, condições e níveis de serviço estabelecidos;





PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DO SISTEMA ECONÔMICO

- II – Realizar a implantação do sistema dentro do prazo estipulado, providenciando a liberação dos acessos, configurações iniciais e demais procedimentos necessários ao pleno funcionamento da solução;
- III – Prestar suporte técnico contínuo durante toda a vigência contratual, assegurando o funcionamento regular do sistema e a adequada solução de dúvidas, falhas ou indisponibilidades;
- IV – Manter o software atualizado, promovendo manutenções corretivas, preventivas e evolutivas, incluindo melhorias de desempenho e correções de eventuais falhas, sem ônus adicional à Administração durante a vigência do contrato;
- V – Informar à Administração Pública, de forma imediata e em tempo hábil, a ocorrência de qualquer fato impeditivo, superveniente ou extraordinário que possa comprometer a execução do objeto contratado;
- VI – Manter, durante toda a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- VII – Responder integralmente pela fiel execução do objeto, não se eximindo de suas responsabilidades sob qualquer alegação, inclusive quanto ao cumprimento das obrigações assumidas perante a Administração Pública;
- VIII – Apresentar a documentação fiscal correspondente, mediante emissão de Nota Fiscal, devidamente preenchida e compatível com o objeto contratado, como condição para o pagamento;
- IX – Responsabilizar-se integralmente pelos custos operacionais de sua competência, incluindo infraestrutura tecnológica, hospedagem, segurança da informação, manutenção do sistema e suporte técnico, não recaindo sobre o Município quaisquer responsabilidades dessa natureza;
- X – Assegurar a confidencialidade, integridade e proteção dos dados, observando as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018), respondendo por eventuais danos decorrentes do tratamento inadequado das informações;
- XI – Assumir todos os encargos legais, previdenciários, trabalhistas, sociais, fiscais e judiciais decorrentes da execução do objeto, inexistindo vínculo de qualquer natureza entre o Município e os profissionais alocados pela contratada.





14. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- I – Providenciar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução do objeto contratado, observadas as dotações próprias e a disponibilidade orçamentária;
- II – Efetuar os pagamentos devidos ao contratado, nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato, mediante apresentação da documentação fiscal regular e após a devida atestação;
- III – Designar servidor ou comissão responsável pela gestão e fiscalização do contrato, competindo-lhe acompanhar, monitorar e fiscalizar a execução do objeto, verificando a regular disponibilização, funcionamento e conformidade do software com as especificações estabelecidas;
- IV – Fornecer ao contratado as informações e condições necessárias, quando de sua responsabilidade, para a adequada implantação, configuração e utilização do sistema;
- V – Atestar as Notas Fiscais apresentadas, após a verificação da conformidade da prestação dos serviços com o objeto contratado e com as disposições deste Termo de Referência;
- VI – Comunicar formalmente ao contratado a ocorrência de eventuais irregularidades, falhas ou descumprimento das obrigações contratuais, adotando as providências administrativas cabíveis;
- VII – Exercer a gestão e fiscalização do contrato, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com as normas internas da Administração Pública Municipal e com os princípios da legalidade, eficiência e transparência.

15. VIGÊNCIA E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (Art. 84 da Lei 14.133/2021)

A Ata de Registro de Preços decorrente do presente certame terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada, a vantajosidade dos preços registrados para a Administração, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021. Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata para mais 01 (um) ano, poderá ser incluído todo





o quantitativo originalmente previsto, desde que mantidas as condições iniciais do registro e resguardando o interesse público.

16. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os preços registrados na Ata de Registro de Preços/Contrato serão reajustados anualmente, observando-se o interstício mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento estimado para a contratação ou do último reajuste concedido. O reajuste será calculado com base no índice do IPCA, ou outro que venha a substituí-lo oficialmente. A aplicação do reajuste dependerá de pedido formal da parte interessada, devidamente instruído e justificado, e será concedido mediante decisão administrativa fundamentada.

17. BENEFÍCIO LOCAL/REGIONAL

Aplica-se o benefício de 10% (dez por cento) para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP de abrangência **local** **OU** **regional**, nos termos do Decreto Municipal nº 78/2022.

Morro da Fumaça/SC, 28 de janeiro de 2026.

Kauã Teixeira Correa
Assessor de Departamento de Esportes





**PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DO SISTEMA ECONÔMICO**

7018

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 28/01/2026 10:21 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/p2195760d31ea8>

